



**DA PREMISA AO PROJETO: CONSIDERAÇÕES SOBRE
PRÁTICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA**

**FROM THE PREMISE TO THE PROJECT:
CONSIDERATIONS ON RESEARCH PRACTICES IN
HISTORY**

Gabriel Marques Fernandes*

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

gabrielmf027@gmail.com

Práticas de Pesquisa em História (2020), escrito pela Prof^a. Dr^a Tania Regina de Luca (UNESP), finaliza a coleção *História na Universidade* (2020), da Editora Contexto, que teve, em seu conselho, De Luca, Prof. Dr. Paulo Miceli (UNICAMP) e Prof^a. Dr^a. Raquel Glezer (USP). Mestre e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, professora de cursos de graduação e do programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Assis, e, pela Contexto, “[...] é organizadora dos livros *História da imprensa no Brasil* e *O historiador e suas fontes* e coautora dos livros *Nova História das mulheres no Brasil*, *Fontes históricas* e *História da cidadania*” (DE LUCA, 2020, Orelha do livro), nesta obra, à convite da editora, De Luca busca responder: por onde começar uma nova pesquisa em História?

Voltada ao público de graduação, sem pretensão de ser, ou tornar-se, um receituário de História, a obra convida o leitor a

* Mestrando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHI) do Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Bacharel e Licenciado em História pela mesma instituição (2019). Membro do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC).

[...] percorrer um amplo panorama que tem por finalidade apresentar, de forma didática, procedimentos e métodos que distinguem a produção do conhecimento historiográfico e, desse modo, incentivá-lo a participar ativamente desse instigante desafio que é escrever História, elaborando e executando seu próprio projeto de pesquisa (DE LUCA, 2020, p. 11).

Podemos dividir esse convite, uma reflexão sobre a área de Teoria da História e Historiografia, em três atos, não canônicos, emoldurados pelas seções “Introdução” e “Para finalizar”: 1) panorama teórico-metodológico sobre o campo [sua ética e seus documentos/vestígios] (capítulos 1 e 2), 2) reflexões sobre a prática de pesquisa [recorte, fontes e escrita], partindo da primeira premissa/intenção do pesquisador (capítulos 3, 4 e 5) e 3) construção do projeto (capítulo 6).

Ao termos o livro em mãos, não há como deixar de comentar sua editoração e montagem, sua característica visual, que deixa indícios de seu espaço-tempo e metáforas de seu sentido geral: a resistência, democratização e esclarecimento dos procedimentos iniciais da profissão de historiador. Sob um convidativo azul, é posto, na capa, “[...] um recorte do painel de Hoffbauer, no salão de festas da prefeitura da cidade de Arras, no norte da França” (DE LUCA, 2020, p. 4): infere-se que as pessoas, em suas relações sociais, são o objeto principal da História.

Para além do texto, temos a composição de um discurso visual que se posiciona contra o negacionismo, adulterações de fontes e destruição da imagem do historiador na mídia (no Governo de Jair Messias Bolsonaro, principalmente): 1) o livro toma para si a figura de um pergaminho como símbolo, que indica, de forma estereotipada, as fontes do historiador (a História não se faz sem fontes; faz recorte, questiona, porém, não as nega e/ou adultera) e 2) são colocados retratos de historiadores e historiadoras em todos os capítulos (compondo uma imagem de postura sóbria da profissão: ser historiador não é “fazer balbúrdia”).

Ao entrarmos no texto, impresso em *Off-Set*, pelas Gráficas Paym, com letras grandes e fluidas (acessibilidade foi uma preocupação central na produção da obra, aparentemente), encaramos a “Introdução”, dando de cara com um formato que nos acompanhará até o último capítulo: uma epígrafe de ideias chave. Na seção em questão, é citado um trecho de *Apologia da História* (2001), de Marc Bloch, que indaga: o passado nunca se modifica, porém, seu conhecimento e interpretação, sim. Como realizar, então, uma interpretação histórica do passado, seja ele remoto ou recente, que não adultere ou negue fontes, que não seja apenas uma opinião?

“Realizar uma interpretação histórica do passado” é começar uma nova pesquisa em História. Uma pesquisa começa pelo projeto, certo? Sim. A estrutura de um projeto é largamente conhecida e, tecnicamente, uniforme no ensino superior (formula-se um problema, discute-se com a bibliografia, argumenta-se a relevância da escolha, traça-se os objetivos, identifica-se os documentos usados, apresenta-se o caminho de pesquisa e abordagens [metodologia], elabora-se um cronograma, discrimina-se referências bibliográficas), dentro diversos livros e manuais de formatos de projeto. Entretanto, como chegar no projeto de História? É necessário pensar como um historiador; mas como? Como ir da premissa/intenção de pesquisa, por meio da teoria e método histórico, ao projeto: é isso que De Luca debate nesta obra.

No capítulo 1, Ato 1, “Em busca do passado”, temos a ideia chave expressa através da epígrafe de Pierre Bourdieu, em “A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier” (2001): um livro não muda, muda o mundo que o lê; a discussão irá reconhecer a historicidade não apenas das fontes, mas também, do historiador, que é o agente da pesquisa. No item “Responsabilidade do ofício”, De Luca constrói um panorama da formação de um instrumental teórico e do método da História, desde o século XIX (afinal, é exatamente a perspectiva teórico-metodológica que singulariza o movimento de incursão do historiador no passado, se não, uma obra de História não teria diferença de um romance, filme ou *videogame* históricos).

Os historiadores do século XIX tem como *ethos* o processo de autonomização da História, de retirar-la da égide da retórica, estruturando um ideal científico e responsabilidades do ofício: afastar o fantasioso, incerto, assegurando a confiabilidade dos dados de forma precisa. A compulsão pela objetividade nessa abordagem histórica leva à narração dos documentos e à obsessão com a verdade. A partir do século XX, apesar do método histórico continuar a ser utilizado, já que “[...] uma das responsabilidades do pesquisador ainda hoje é *assegurar-se da autenticidade do material que utiliza*” (DE LUCA, 2020, p. 16), houve um deslocamento do radicalismo da objetividade para um equilíbrio com a subjetividade, renovando-o, com a revista dos *Annales*, lideradas por Lucien Febvre e, o supramencionado, Marc Bloch, em 1929; porém, emerge uma problemática, que já se fazia latente: o anacronismo, com o movimento de projeção do tempo do historiador ao tempo do passado.

Para evitar o anacronismo, De Luca enfatiza a importância de inserir o objeto de pesquisa em seu contexto, em sua cultura; considerando sua diferente historicidade,

sua alteridade: temos um novo compromisso ético. Em “Provisório e mutável”, item final do capítulo, a autora aprofunda os desdobramentos da renovação do método histórico, feito pelos *Annales*, destacando, através de John Lewis Gaddis, que nenhuma renovação, ou seja, nenhuma mudança teórico-metodológica do campo, dará conta de abordar todos os elementos do passado, construindo uma verdade absoluta; cada linhagem sempre trará uma nova interpretação do passado, pois sempre terão novos objetos, fontes, problemas, abordagens, recortes, lugares e tempos.

Em “Documentos: da certeza à construção”, capítulo 2, um trecho de “Documento/Monumento” (1984), de Jacques Le Goff, é a epígrafe: o documento não é inócuo, ele é uma montagem, é uma interpretação resguardada para impor um futuro, é um monumento. Antes de adentrar nos itens, De Luca sana uma dúvida efusiva: documento e fonte são coisas diferentes; documento recobre qualquer elemento do passado e a fonte é o documento selecionado pelo historiador para realizar sua argumentação historiográfica. Tendo feito esta distinção, em “Documento na perspectiva do XIX”, retornamos ao panorama com um outro problema: os documentos.

Tomando como ponto de partida *Introdução aos estudos históricos* (2017), de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, uma obra central da história metódica francesa, representante dos historiadores, majoritariamente historicistas, europeus do século XIX, define-se que a História era feita através de documentos escritos, oficiais e encontrados apenas em arquivos: a História lidava apenas com monumentos, de forma objetiva, por meio de narração (História Factual).

Em “Documento como produto”, De Luca passa rapidamente para a, já mencionada, renovação do método, que, não apenas traz uma mudança de ética na História, mas como uma mudança teórico-metodológica, equilibrando uma abordagem subjetiva e objetiva, enfatizando a importância de construir questões para irmos ao passado, não ficando presos ao monumento, mas sim, desconstruindo-o a partir de uma questão, dúvida (História Problema). Isso nos leva à ampliação: da natureza do documento (não é necessário ser apenas escrito) e do objeto de pesquisa (não precisa ser temas vinculados aos arquivos oficiais, portanto, políticos, sendo, em maioria, neste momento, sociais e econômicos).

Ao longo do século XX, com outras renovações, essas questões, especialmente as voltadas ao arquivo, documentos e ofício, aprofundam-se através de historiadores (as) como: Arlette Farge (os arquivos são um projeto de poder que selecionam

documentos), Edward Carr (documentos são testemunhos, mas precisam do historiador para decifra-los) e Michel de Certeau (a produção historiográfica tem um lugar de produção).

O terceiro e último item do capítulo, “Um cardápio variado”, De Luca aprofunda em outros tipos de abordagens históricas, focando na segunda metade do século XX, como: 1) História Serial ou Quantitativa, amplificada com o nascimento dos computadores na década de 1960 (historiadores como Emmanuel Le Roy Ladurie afirmavam, com certa dose de exagero, que os historiadores do futuro teriam que ser, também, programadores); 2) História “vista de baixo”, que, após o encontro da História com a Antropologia, com a virada cultural, historiadores como Edward Palmer Thompson, trocaram os documentos por vestígios, mudando o ângulo da História (nos anos 1970, com os gravadores de voz, posteriormente vídeo, tornou-se possível a produção de fontes com a História Oral, saindo dos domínios dos arquivos [e computadores]); a 3) Micro-História, que muda a escala de observação da História, citando nomes como Carlo Ginzburg (método indiciário) e Natalie Davis; e, por fim, menciona-se a renovação da 4) História Política, por meio dos novos temas e abordagens, com René Remond.

Finalizando o capítulo, De Luca comenta a situação dos documentos e vestígios no século XXI, com a expansão da internet, que, por um lado democratiza o acesso aos arquivos, por meio da digitalização, como aconteceu com parte do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Por outro, são postos novos desafios: 1) no campo da preservação dos documentos gestados na internet e, 2) no campo da pesquisa, já que, em uma simples busca, nos é oferecido uma quantidade exagerada de resultados; para sobreviver no século XXI, o historiador precisará, mais do que nunca, ter um bom recorte de pesquisa; é disso que se trata o Ato 2.

“Da área ao objeto de pesquisa”, capítulo 3, aberto pela epígrafe de Jean Boutier e Dominique Julia, em “Em que pensam os historiadores?” (1998), chama a atenção do historiador para a percepção de sua historicidade (em outras palavras: o que o inquieta na sociedade?), que levará à/ao delimitação/recorte. Segundo De Luca, o primeiro passo para construir um projeto de pesquisa é chegar no tema, definindo as premissas/interesses de pesquisa. Como fazer isso? Diante de sua experiência, a autora aponta que, geralmente, a escolha do tema se dá por gosto, vivência familiar, inserção social, relação institucional por ensino, pesquisa e extensão.

Em “Formular o problema”, através de exemplos, De Luca ensina o procedimento de delimitação histórica baseado em uma abordagem, francesa, da História Social da Cultura. Transpassado por um constante levantamento bibliográfico crítico, que é movido, simultaneamente, pelo questionamento do pesquisador (levando ao problema), o recorte segue o seguinte movimento: 1) área (exemplo: História do Brasil – remete a um espaço e tempo [exceto a área de Teoria da História e Historiografia]), 2) subárea (exemplo: História do Brasil República), 3) assunto ou tema (exemplo: Governo Getúlio Vargas) e 4) Objeto (exemplo: a construção da figura pública de Vargas). Tendo o objeto de pesquisa, logo, também, terá uma questão; o projeto está pronto para ser escrito.

Considerando que, da Iniciação Científica até o Doutorado, o orientando, independentemente do estágio, terá um orientador, De Luca, neste momento inicial da fundação da pesquisa, chama atenção para sua função: a diferença entre o orientador e o novo pesquisador é a experiência de pesquisa, ele poderá, principalmente na graduação, “[...] familiarizar o orientando com os procedimentos específicos do ofício do historiador, uma vez que é pela pesquisa que se desempenha um papel ativo, propondo contribuir com a historiografia” (De LUCA, 2020, p. 73), sendo um guia, encaminhando, conduzindo, aconselhando, sugerindo, estimulando e auxiliando seu orientando em uma profissionalização autônoma, estabelecendo reflexões conjuntas, aprendizagens e descobertas mútuas.

No segundo item, “Delimitar a bibliografia”, são apresentados meios para realizar levantamento crítico da bibliografia, utilizando periódicos especializados sobre a sua pesquisa, indexadores digitais (exemplo: *Scientific Electronic Library Online* [SciELO]) Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), arquivos digitais, catálogos de arquivos presenciais, bibliotecas (digitais e presenciais), dentre outros.

No último item, é proposto uma forma de análise histórica para “Lidar com os dados”, considerando, fundamentalmente, a historicidade da bibliografia levantada para constituir o recorte. Apenas a acumulação não é algo eficaz, é necessário ordenar, organizar e extrair o máximo de informação de cada texto; algumas propostas de indagações de pretextos são: qual o lugar institucional do texto? Qual editora? Qual Revista? Qual o catálogo? Quais são as outras edições? Faz parte de coleções? Faz parte de dossiês? Quais são os autores (suas trajetórias)? Tem mais títulos que interessam à

pesquisa na Editora ou Revista? É uma tradução ou é original em língua nacional? Qual é a edição? Qual o contexto de produção? Quem escreveu o prefácio? Quais são as referências? O que está escrito nas orelhas? Quais são as fontes? Qual a condição material da obra? Quais são as palavras e conceitos?

No capítulo 4, “Circunscrevendo as fontes”, a epígrafe de Antoine Prost, retirada de *Doze Lições sobre a História* (2008), nos leva ao momento de delimitação das fontes. Para De Luca,

[...] os esforços para evidenciar como se dá a construção do conhecimento em História levam em conta a interação entre a tríade: questão formulada (objeto), meios utilizados (fontes) e perspectivas adotadas (procedimentos e métodos) (DE LUCA, 2020, p. 88).

“Objeto, fontes, procedimentos: conexões”, a autora busca demonstrar a citação anterior através de um exemplo, a partir do relato de pesquisa de Sidney Chalhoub, vemos que novos objetos levam o historiador a se posicionar frente à sua historiografia aproximada, existente, questionando suas fontes. O contato com a documentação irá redefinir objetivos e fontes do projeto e, por fim, sua abordagem (com base na natureza da fonte). Porém, como “Localizar Fontes”? Onde está o material necessário para pesquisa? Entendendo a natureza das possíveis fontes (por exemplo, se são: mapas, iconografias, fotografias, músicas, filmes, manuscritos, jornais, revistas, boletins, etc.), o historiador deverá ir aos arquivos, fundações, bibliotecas e espaços de acervo relacionado a elas, sendo eles públicos ou privados.

No último capítulo do Ato 2, penúltimo do livro, “O texto historiográfico”, aberto através da epígrafe de Roger Chartier, em *Entrevista a Isabel Lustosa* (2004), questionando a diferença entre narrativa da História e Ficção, já que, afinal, a exposição dos resultados da pesquisa se dá através da escrita. No item “Mecanismos de controle”, De Luca afirma que o historiador, diferente de um romancista, por exemplo, não tem a liberdade de mudar o espaço-tempo, sua periodização, para sanar angústias de seu desejo expressivo; ele pode mudar o recorte, fontes, abordagens, preencher lacunas, mas, em nenhuma hipótese, pode criar e/ou apagar personagens ou eventos, nomeando-os, como históricos; tudo deve estar embasado em fontes: um mecanismo de controle da imaginação.

Esta regra de escrita da História apresenta sintomas na forma textual, a historiografia é: polifônica, pois traz, em seu corpo, múltiplas temporalidades e vozes,

através do historiador, referências, citações, notas e fontes. Mobilizamos, também, uma gama de “Palavras e conceitos” específicos que estão ligados, o primeiro, com a múltipla temporalidade das fontes e, no segundo, com a forma de abordagem teórico-metodológica utilizada na pesquisa.

“Unir os fios e construir o projeto”, Ato 3, capítulo 6 (final), sintetiza o livro dando uma resposta à comentários reacionários, de negacionistas e adulteradores de fontes, sobre a monopolização e monumentalização do saber histórico por profissionais, por meio da epígrafe motivadora de Marte Mangset e Emmanuelle Picard, em “*Qu’est-ce qu’être historien aujourd’hui? Permanence de et mutations d’une communauté académique*” (2012): não nascemos historiadores, nos tornamos; portanto: não há genialidade, todos podem ser historiadores, desde que sigam o método histórico.

De Luca, logo no início, afirma que cada instituição possui um modelo de submissão de projetos, portanto, existem variações, entretanto, há uma constância, como dito no início desta resenha; portanto, é de fundamental importância que o pesquisador siga as normas do edital ao qual irá submeter seu projeto. Paradoxalmente, a autora começa argumentando o que deve ser escrito ao final do projeto: “Os dados iniciais”. Esses dados consistem em: 1) título (é preciso e claro, aponta o espaço e o tempo do trabalho, podendo ou não ser poético; por exemplo: *A seca no Ceará (1877-1879): a inclemência climática*, à esquerda dos dois pontos temos o espaço-tempo, à direita o tema/objeto em forma poética), 2) resumo (cumpra a função e apresente, brevemente, o tema, seus limites espaciais e temporais, relevância da pesquisa, objetivos e o que se pretende atingir como resultado; “[...] um bom resumo permite que o leitor entenda o que se está propondo, por que se propõe, aonde se quer chegar e como isso será feito” (DE LUCA, 2020, p. 126)) e 3) palavras-chave (são conceitos, lugares, circunstâncias que merecem destaque central para as chaves de pesquisa, por isso, dependerá do aspecto que se deseja enfatizar; por exemplo, tomando uma pesquisa com o título exemplificado anteriormente, podemos destacar as seguintes palavras-chave: “Ceará”, “Crise”, “Fome”, “Migração”).

São as “Justificativas” (debates do capítulo 3) que devemos escrever no início do projeto. É a partir dela que será cobrada uma articulação, por meio de revisão ou discussão bibliográfica, sobre a delimitação do objeto e problema de pesquisa, explicando o que pretende ser feito (quais fontes, personagens, circunstâncias, processos, serão investigados?), explicitando a relevância do tema. Os “Objetivos”

estabelecem os resultados que são esperados (geral) e como o historiador irá agir para atingi-lo (específicos). Em “Fontes e Metodologia” (debates do capítulo 4), circunscreve-se as fontes existentes para consulta, apresentando suas condições materiais, potencialidades, limitações e as metodologias utilizadas para abordagem. E, por fim, temos o “Cronograma, referências e notas”: o 1) cronograma é expresso, geralmente, por uma tabela, com divisão mensal, apontando as atividades que serão desenvolvidas na pesquisa (levantamentos, leituras, sistematizações, análises das fontes, redação dos relatórios, etc.); 2) as referências e notas (debates do capítulo 5) devem estar de acordo, assim como todo o projeto, com as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).

Fechando a moldura da obra, temos a seção “Para Finalizar”, sem epígrafe alguma, sendo a exceção da dinâmica do livro. De Luca considera que a História é um processo rigoroso que articula passado, presente e futuro; ela não é feita por diversão ou curiosidade, mas sim para compreender lutas, crenças, desilusões de nosso próprio mundo. O historiador tem como dever, segundo Eric Hobsbawm, lembrar o que se quer esquecer; desconstruindo monumentos, fatos, para dar conta de responder às inquietações do tempo presente do pesquisador. Não somos cronistas, memorialistas, compiladores, narradores factuais, romancistas: nós problematizamos o passado por meio de reflexões críticas, que tem início no projeto de pesquisa.

Para além do que já foi apontando sobre *Práticas de Pesquisa em História*, é necessário considerar, por fim, a importância formativa que a experiência desta leitura proporciona à qualquer interessado em História, independentemente de seu estágio de trabalho. Apesar da obra ser voltada para estudantes da graduação, fechando a coleção *História na Universidade* com um volume sobre Teoria da História e Historiografia, esse livro permite, também, para estudantes da pós-graduação, Mestrado e Doutorado: 1) comparar suas linhagens de abordagem com a de De Luca, 2) repensar os estágios anteriores de suas pesquisas e 3) refletir sobre a função do orientador (ocupação que estão sendo formados para realizar).

No início da resenha foi enfatizado a relação do livro com seu contexto. Após seu lançamento, com a regulamentação da profissão de Historiador (Lei nº 14.038) no Brasil, desde 17 de Agosto de 2020, a função da obra se reafirma com expansão de seu público alvo, torna-se: um ótimo convite, um cartão de visita, acessível e democrático

que, das premissas aos projetos, levarão os leitores, graduandos, universitários, ou não, caso queiram, a serem futuros historiadores (as).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE LUCA, Tania Regina. **Práticas de pesquisa em História**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020. 144 p.

RECEBIDO EM: 08/09/2020

PARECER DADO EM: 23/10/2020



www.revistafenix.pro.br